Recensões

Michèle LAMONT (1995), *La Morale et l'Argent: Les Valeurs des Cadres en France et aux Étas-Unis*, Paris, Métailié, 328 págs.[1]

Ana Maria Duarte*

Michèle Lamont apresenta, nesta obra, uma análise comparada da marcação de fronteiras simbólicas pelos membros das classes médias superiores americana e francesa. Ao fazê-lo, inicia um programa de pesquisa de sociologia comparada, abordando objectos clássicos como as identidades e as desigualdades, a partir da definição subjectiva de fronteiras. O método e o conjunto de resultados aqui obtidos viriam a servir de referência e a ser aprofundados, posteriormente, num projecto análogo sobre os operários[2], e conceptualizados numa obra dirigida em conjunto com Laurent Thévenot[3], na qual se procura reforçar as bases teóricas para uma sociologia comparativa.

A socióloga, actualmente professora na Universidade de Harvard, realizou 160 entrevistas a quadros e profissionais liberais franceses e a gestores e "profissionais"[4] americanos para analisar a forma como eles definem uma "pessoa de valor" e como utilizam esses critérios para estabelecer fronteiras de classe. Como num filme fotográfico, a obra começa com a apresentação de retratos de alguns desses homens (arquitectos, gestores, administradores de universidades, homens de negócios, economistas), uns vivendo em áreas centrais (Paris e arredores de Nova Iorque) e outros em áreas mais periféricas (Clermont-Ferrand, em Auvergne, e Indianápolis, em Indiana). Al-

[1] Edição francesa de Michèle Lamont (1992), Money, Morals and Manners: The Culture of the French and the American Upper-Middle Class, Chicago, University of Chicago Press.

* Assistente do Departamento de Sociologia, Universidade do Minho (anaduarte@ics.uminho.pt)

[2] Michèle Lamont (2002), *La dignité des travailleurs, Exclusion, race, classe et immigration en France et aux États-Unis*, Paris, Presses de Sciences Po.

[3] Michèle Lamont e Laurent Thévenot (eds) (2000), *Rethinking Comparative Cultural Sociology: Repertoires of Evaluation in France and the United States*, Cambridge, Cambridge University Press. Este livro é o resultado de projectos realizados em colaboração com os membros do *Groupe de sociologie politique et moral*, fundado por Luc Boltanski, em Paris.

[4] Nos Estados Unidos, o termo "profissionais" ("professionals") é reservado aos profissionais detentores de diplomas universitários que não exerçam tarefas de gestão (distinguindo-se, portanto, dos "gestores" – "managers"). Trata-se de profissões relativamente prestigiadas que requerem um saber complexo, abstracto e especializado, com um elevado grau de autonomia e poder face aos clientes, podendo ser exercidas por trabalhadores quer na condição de assalariados, quer na condição de independentes. Nessa medida, não existe uma correspondência directa com os "profissionais liberais" franceses ("professionnels libérals"), pois esta designação recobre, sobretudo, os trabalhadores independentes. A autora apresenta uma explicitação das questões relativas à comparação dos grupos profissionais no anexo 1, pp. 234-236.

guns, no seu contexto habitual de trabalho, outros não. A autora dá-nos a conhecer os seus principais traços, o seu ambiente familiar e/ ou de trabalho e revela-nos os critérios que mais valorizam para se definirem e para avaliarem os outros. Enquanto uns mobilizam, principalmente, critérios como a atitude e a curiosidade intelectual, o requinte e a busca estética, outros valorizam mais as qualidades morais dos indivíduos e outros, por seu turno, utilizam, sobretudo, as marcas do sucesso mundano, como o dinheiro, o poder e a posição social. Nestes três grupos de homens, pode encontrar-se a situação daqueles que, vivendo lado a lado, se opõem, contudo, no que respeita aos atributos mais valorizados; e a situação de outros que, estando fisicamente distantes, se assemelham quanto aos seus sistemas de classificação, como que constituindo uma *comunidade simbólica*. Trata-se, portanto, de uma abordagem empírica (duplamente) comparativa (França/ América, capital/ província), através do estudo de comparações do eu/ nós em relação aos outros, privilegiando a análise de esquemas mentais, de construções subjectivas simbólicas, de sistemas de categorização, enfim, de *fronteiras simbólicas* em dois contextos nacionais e culturais diferentes.

As *fronteiras simbólicas* são definidas como «distinções conceptuais que efectuamos para categorizar os objectos, as pessoas, as práticas e mesmo o tempo e o espaço» (p. 32). As fronteiras simbólicas pressupõem, simultaneamente, *inclusão, exclusão* e *indiferença*. *Inclusão* daqueles e daquilo com que se simpatiza e para com os quais se adopta um comportamento amigável, inclusivo e atitudes de apreço e aceitação; *exclusão* do impuro, do repugnante, pelo qual se tem atitudes hostis, de repulsa, agressão e um comportamento distante; e, ainda, *indiferença* perante aquilo e aqueles que, simplesmente, se tolera. A marcação de fronteiras é um elemento intrínseco ao processo de constituição da identidade, que é um processo relacional. É também uma forma de se desenvolver sentimentos de pertença a um grupo profissional, a um grupo étnico, a classes sociais.

O propósito inicial era o de estudar apenas as diferenças relativamente à marcação de fronteiras culturais, seguindo de perto outros estudos, nomeadamente os de Bourdieu, que têm salientado ser a ostentação do capital cultural um dos traços mais apreciados no seio da classe média superior. Mas as primeiras entrevistas demonstraram a necessidade de se considerar mais dois tipos de fronteiras simbólicas: as socioeconómicas e as morais. As *fronteiras morais* referem-se ao carácter moral e centram-se em torno de qualidades como a honestidade, a ética do trabalho, a integridade pessoal e a consideração pelos outros. As *fronteiras socioeconómicas* respeitam a julgamentos relativos à posição social das pessoas, integrando marcas como o sucesso profissional, a fortuna e o poder. As *fronteiras culturais* são marcadas com base no nível de educação, na atitude intelectual, no grau de refinação/ requinte, no gosto pela cultura e na curiosidade intelectual.

A tese principal de Michèle Lamont é a de que a marcação de fronteiras simbólicas varia em função não apenas da posição social dos agentes (*condições estruturais específicas*), mas também dos *recursos e reportórios culturais* aos quais os agentes sociais estão expostos e de que podem dispor, assim como dos contextos estruturais que os envolvem (*condições estruturais gerais*). O enfoque da obra é, assim, colocado na

análise das condições culturais e estruturais gerais que levam os indivíduos a utilizar certos critérios de avaliação em detrimento de outros. As condições estruturais gerais dizem respeito às características estruturais globais da sociedade, nas quais se inclui, por exemplo, o papel do sector público e do sector associativo, as características do sistema de estratificação, a maior ou menor mobilidade geográfica e a diversidade étnica, entre outros. Os *recursos culturais* são aqueles que são produzidos pelas tradições históricas nacionais e pelos sectores de produção e difusão cultural (sistema educativo, *mass media*, instituições e elites culturais). O corolário é que a marcação de fronteiras é influenciada pelas diferentes culturas nacionais, ou seja, a importância relativa dada a cada tipo de fronteiras pelos membros da classe média superior varia de um contexto nacional para outro, variando inclusivamente as categorias utilizadas, de tal forma que se chega a referir o conceito de *modelos nacionais de marcação de fronteiras*.

Deste modo, a autora mostra que as fronteiras socioeconómicas, ou seja a percepção do sucesso e da riqueza como uma fronteira social, são marcadas muito mais nitidamente nos Estados Unidos do que em França. Os franceses raramente referem o sentimento de inferioridade no que diz respeito a pessoas mais afortunadas do que eles. Têm tendência a marcar fronteiras anti-económicas, criticando aqueles que enaltecem o seu próprio sucesso económico, ou que "produzem demasiados sinais exteriores de riqueza". Em contrapartida, o "nível de conforto" é uma marca de sucesso desejada e admirada nos Estados Unidos. Este último facto não está desligado da ideologia "americanicista" do sucesso material, do individualismo e do igualitarismo, da existência de uma divulgação massiva de valores consumistas por parte dos *media*, de uma forte mobilidade geográfica e de um sector associativo mais importante do que o sector público.

Já as fronteiras culturais são mais marcadas, e de forma mais rígida, em França, o que se explica por um conjunto de factores estruturais desta sociedade, tais como a existência de uma forte tradição política de esquerda e de uma crítica ao materialismo, a valorização do princípio da razão e da capacidade intelectual, a tradição católica inibidora da marcação de fronteiras socioeconómicas, a importância do sector público, do apoio e financiamento deste a programas culturais na rádio e na televisão e a instituições culturais e o poder de intervenção política das elites intelectuais. Tanto os franceses como os americanos mobilizam, de modo mais ou menos igual, os critérios morais, mas utilizam, para isso, categorias específicas. Os americanos rejeitam os "phony", os "ambiciosos", as pessoas que não respeitam a vida em sociedade e o tipo "imoral" em relação à ética do trabalho e à obediência à lei; os franceses têm uma concepção de honestidade diferente. Esta assemelha-se mais à honestidade intelectual, ao ser-se fiel a si próprio, às suas ideias. Por isso, os franceses estigmatizam não o tipo ambicioso, mas o "indecente", aquele que age arbitrariamente, sem solidariedade de grupo ou classe. A esta diferença nacional de marcação de fronteiras não é alheia a influência do socialismo e existencialismo em França e a influência do "moralismo puritano" na América.

Os dados demonstram também que as condições estruturais específicas (o *habitus*) da classe média superior influenciam directamente o modo como se marcam as

fronteiras, registando-se importantes variações no seu interior, nomeadamente no que se refere à profissão exercida e sua relação com a racionalidade económica e a trajectória social. É assim que vemos os especialistas de domínios culturais e sociais (psicólogos, educadores, juristas,...) elaborarem principalmente critérios morais e culturais, enquanto os trabalhadores orientados para o lucro (banqueiros, chefes de empresa,...) tendem mais a marcar fronteiras socioeconómicas. Da mesma forma que estes dois grupos se opõem, também se excluem mutuamente. Os especialistas em domínios sociais e culturais inferiorizam os trabalhadores orientados para o lucro pelo seu materialismo excessivo. Estes últimos criticam naqueles a abstracção, o facto de serem pouco reais e pouco práticos. Este modelo, que opõe especialistas dos domínios culturais e sociais e trabalhadores orientados para o lucro, tende a ser reforçado pelos modelos nacionais. Por exemplo, os especialistas em domínios culturais e sociais franceses marcam mais nitidamente as fronteiras culturais do que os seus homólogos americanos, e os trabalhadores franceses orientados para o lucro marcam as fronteiras culturais também mais nitidamente do que os seus homólogos americanos. As fronteiras culturais são frequentemente mais utilizadas num contexto como a França, onde os intelectuais e os especialistas de domínios culturais e sociais têm um papel activo na promoção da "racionalidade de valor" e na legitimação dos critérios culturais de avaliação, embora, como refere a autora, algumas transformações recentes da sociedade francesa estejam a potenciar cada vez mais a marcação de fronteiras socioeconómicas.

Outro factor de variação importante no seio da classe média superior é a trajectória social. Aqueles que estão em forte ascensão social marcam mais nitidamente as fronteiras socioeconómicas. Os poucos (12%) que se encontram em declínio têm tendência a praticar sobretudo a exclusão cultural. Há também uma diferença considerável entre os que já estão há pelo menos três gerações ancorados na classe média superior e os novos membros. Os primeiros praticam uma forte exclusão cultural, nomeadamente em relação aos "novos-ricos" e àqueles que, na sua óptica, pensam que a cultura se pode comprar. Aliás, em França, há uma grande referência às origens sociais e não tanto à riqueza para se fundar o estatuto social. Já os novos membros têm critérios de avaliação mais universais (ex.: "O género de pessoa humana que se é") e tendem a ser mais tolerantes, mas têm sentimentos de inadequação cultural e social, pois têm um pé em cada mundo.

O género também faz variar a marcação de fronteiras. As mulheres marcam fronteiras culturais de forma mais nítida, fronteiras socioeconómicas mais fluidas e fronteiras morais um pouco mais precisas do que os homens.

Relativamente à comparação entre os residentes nos "centros culturais" (Paris e Nova Iorque e os residentes nas "periferias culturais" (Indianápolis e Clermond-Ferrand), não se registam grandes diferenças. Não obstante, a marcação de fronteiras morais é mais nítida nas periferias. Já no que respeita às fronteiras culturais, as diferenças são menos relevantes. Ainda assim, o contraste é maior em França do que nos Estados Unidos. Tanto os parisienses como os residentes em Clermond-ferrand demonstravam ter tendência para menosprezar a ambição. Todavia, enquanto os de Clermond-Ferrand consideravam a simplicidade, o pragmatismo, o trabalho e a vontade, os pari-

sienses interessavam-se mais pelo vigor e pelo talento, concluindo-se que, sob alguns aspectos, os habitantes de Clermond-Ferrand estavam mais próximos dos habitantes do estado americano de Indiana, no Midwest, do que dos parisienses.

Este estudo situa-se na continuidade de outras pesquisas sobre os gostos e os estilos de vida, tendo como referência principal o trabalho de Bourdieu, que a autora utiliza quer de forma apreciativa, quer de forma crítica. A crítica às teses de Bourdieu em *La distinction...* centra-se no questionamento de alguns dos seus pressupostos, nomeadamente daquele que faz corresponder *habitus*, classe social e marcação de fronteiras. Com efeito, os resultados evidenciam que pessoas da mesma classe e com a mesma trajectória social marcam diferentemente as fronteiras se viverem em França ou nos Estados Unidos. Por isso, a autora considera fundamental considerar, na análise dos processos de distinção social, novas dimensões, constituídas pelos *factores estruturais gerais* e pelos *recursos culturais*[5]. No que respeita à relação entre marcação de fronteiras e reprodução de classes, Michèle Lamont recusa o postulado de que as diferenças culturais conduzam automaticamente à dominação (à hierarquia). Não basta existirem fronteiras subjectivas. É uma condição necessária, mas não suficiente. Só as fronteiras nitidamente marcadas e largamente partilhadas têm implicações políticas hierárquicas. A autora procura mostrar também que Bourdieu subestima e minimiza as marcas morais, não reconhecendo que os indivíduos possam utilizar o estatuto moral como um fim em si mesmo. Na sua perspectiva, Bourdieu define o comportamento moral de forma estreita, assimilando-o a uma série limitada de virtudes como disciplina, ascetismo, legalismo e puritanismo e ignorando categorias como integridade pessoal, solidariedade, pacifismo e caridade. Lamont chega mesmo a acusar Bourdieu de etnocentrismo, afirmando que a sua análise é feita a partir da cultura do mundo intelectual onde vive (Paris). A autora critica, ainda, em Bourdieu, o facto de a sua análise tender a universalizar as fronteiras culturais e a defender a ideia de que o estatuto socioeconómico é, por definição, mais importante.

Pode encontrar-se nesta abordagem das fronteiras simbólicas uma aproximação à perspectiva seguida por Thévenot e Boltanski em *De la justification: les économies de la grandeur*[6], na medida em que ambas colocam no centro da análise os julgamentos éticos e a noção de princípios de equivalência. Solicitar aos indivíduos que descrevam as pessoas relativamente às quais se sentem superiores e inferiores, aquelas que se lhes assemelham e aquelas que de si se diferenciam, explicando os critérios que estão na base das comparações efectuadas, tem muito a ver com a análise dos autores franceses sobre a forma como as pessoas justificam as suas posições em situações de conflito. Mas enquanto a perspectiva de Thévenot e Boltanski supõe a construção prévia de um número restrito de princípios de justiça – as seis cités – analisáveis aquando da sua mobilização pelos indivíduos em situações de conflito, a abordagem desenvolvida

[5] A esta observação da autora convém referir que o próprio Bourdieu também salientou a necessidade de se atender ao efeito dos contextos espaciais e temporais. Em "Condition de classe et position de classe", por exemplo, afirma que não se deve transferir "esquemas descritivos e explicativos de uma sociedade para outra, ou de uma época para outra da mesma sociedade" (Pierre Bourdieu, *Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1987, p. 5).

[6] Laurent Thévenot e Luc Boltanski (1991), *De la justification: les économies de la grandeur*, Paris, Gallimard.

por Michèle Lamont é sobretudo indutiva, pressupondo que os actores são orientados para a marcação de fronteiras cujo conteúdo permanece grandemente indeterminado.

O estudo focaliza-se nas representações sociais no contexto da entrevista, em actos discursivos, fora do contexto da acção. Nessa medida, haveria necessidade de confrontar estes materiais com a análise das práticas sociais, dos comportamentos em situação e de eventuais discrepâncias entre estes dois níveis. Apesar da autora nos dar conta de algumas das limitações da sua análise (p. 35), esta questão, referente ao estatuto e significado do material recolhido, não chega a ser cabalmente discutida.

Uma última observação: o grupo estudado é principalmente masculino[7] e branco. Mesmo sabendo que foi intenção da autora considerar apenas o local de residência e a actividade profissional, por forma a neutralizar outras variações que não aquelas, a análise da marcação de fronteiras sairia enriquecida com a consideração da etnia e das divisões de raça. Desde logo, pela importância que tem a pertença étnica na América e cada vez também mais em França. Depois porque, assumindo-se, como faz a autora, serem os homens brancos a dominar o mundo do trabalho e, em particular, estas profissões, e os de origem étnica uma minoria, parece razoável equacionar-se a hipótese de estes últimos marcarem as fronteiras simbólicas por oposição aos seus "pares" de classe brancos, justamente devido à desigual posição, quantitativa e qualitativa, detida no seio da classe média superior.

Posto isto, a obra de Lamont constitui uma importante contribuição para o estudo dos processos de classificação e hierarquização, das categorias de distinção cultural e do seu papel na reprodução de divisões sociais de classe. Outro do seu interesse reside no exercício de comparação das culturas francesa e americana.

[7] Ainda que, com o objectivo de analisar a influência das diferenças sexuais no processo de marcação de fronteiras, a autora tenha entrevistado também quinze mulheres.

Título: CONFIGURAÇÕES 3 2007

Director: Manuel Carlos Silva

Directora-adjunta: Helena Machado

Conselho Consultivo: Ana Nunes de Almeida (ICS, Univ. Lisboa), António Colomer (Univ. Politécnica de Valência), António Lucas Marín (Univ. Complutense); Carlos Alberto da Silva (Univ. Évora), Claude-Michel Loriaux (Univ. Católica de Louvaina), Daniel Bertaux (CNRS, Paris), Elísio Estanque (Univ. Coimbra), François de Singly (Univ. René Descartes-Sorbonne), François Dubet (Univ. Bordéus); Hermínio Martins (St Antony's College, Univ. Oxford), Ilona Kovács (Univ. Técnica de Lisboa); James R. Taylor (Univ. Montreal), João Arriscado Nunes (Univ. Coimbra), João Ferreira de Almeida (ISCTE, Lisboa), João Teixeira Lopes (Univ. Porto), John Law (Univ. Lancaster), José Bragança de Miranda (Univ. Nova Lisboa), José Carlos Venâncio (Univ. Beira Interior), José Madureira Pinto (Univ. Porto), José Manuel Sobral (ICS, Univ. Lisboa), José Maria Carvalho Ferreira (Univ. Técnica de Lisboa), Loïc Wacquant (Univ. Califórnia, Berkeley), Luís Baptista (Univ. Nova de Lisboa), Maria Beatriz da Rocha Trindade (Univ. Aberta), Manuel Villaverde Cabral (ICS, Univ. Lisboa), Manuela Ribeiro (Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro), Maria Ioannis Baganha (Univ. Coimbra), Michel Maffesoli (Univ. Paris V, Sorbonne), Ramón Máiz (Univ. Santiago de Compostela), Raymond Massé (Univ. Laval), Renato Lessa (Univ. Fluminense), Veit Bader (Univ. Amesterdão).

Conselho Científico: Emília Rodrigues Araújo, Ana Maria Brandão, António Joaquim Costa, Manuel da Silva e Costa, Ivo Domingues, Maria Engrácia Leandro, Helena Machado, Ana Paula Marques, Maria Paula Mascarenhas, Alice Matos, Teresa Mora, Rita Ribeiro, Manuel Carlos Silva, Carlos Veloso da Veiga, Fernando Bessa Ribeiro (UTAD), Manuela Ribeiro (UTAD), Sheila Khan (Univ. Manchester).

Conselho de Redacção: Ana Maria Duarte, Baltazar Ricardo Monteiro, Carlota Fernandes dos Santos, Fernanda Maria Nogueira, Francisco de Azevedo Mendes, Hélder da Costa Machado, José Fernando Bessa Ribeiro, José Guilherme Leite, José Manuel Machado, José Pinheiro Neves, Manuel Carvalho da Silva, Manuela Ivone Cunha, Maria de Fátima Ferreira, Maria Eugénia Rodrigues, Maria Manuela Ribeiro, Maria Norberta Amorim, Miguel de Melo Bandeira, Telmo Caria, Victor Manuel Rodrigues, Vera Duarte.

Secretariado: Sofia Oliveira (sofiaoliveira@ics.uminho.pt)

Propriedade, redacção e administração: CICS - Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho, 4710-057 Braga - Portugal. Telef.: 253 604 695. Fax: 253 604 696. <www.cics.uminho.pt>

Coordenadores deste número: Emília Araújo, Ana Brandão, Joaquim Costa, Rita Ribeiro

Normas para apresentação e avaliação de artigos:
Apresentação de originais: os textos propostos para publicação devem seguir as normas sugeridas na parte final da revista.
Avaliação de artigos: os artigos propostos serão submetidos a parecer de especialistas das áreas respectivas, em regime de anonimato. A listagem de avaliadores será publicada cumulativamente cada dois anos. A decisão final cabe ao(s) coordenador(es) de cada número e, em última instância, à Direcção do CICS.
Os textos podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês.
Correspondência (incluindo assinaturas): Revista *Configurações*, a/c Dr.ª Sofia Oliveira, Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga.

Apoios: A edição deste número foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Edição: *Configurações* é editada semestralmente (2 números/ano ou 1 número duplo) pelo CICS - Centro de de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, 4710-057 Braga, em colaboração com Campo das Letras Editores, S.A., Edifício Mota Galiza, Rua Júlio Dinis, 247, 6.ºE1 - 4050-324 Porto. Telef. 22 60 80 870 / Fax. 22 60 80 880 / E-mail: campo.letras@mail.telepac.pt / site: www.campo-letras.pt

Assinatura Anual: Portugal, países de expressão portuguesa e Espanha: 20 euros. Outros países: 25 euros.
Preço deste número: 12 euros.

Fotografia da capa: Abigail Ascenso

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. - V. N. de Famalicão
ISSN: 1646-5075

Depósito Legal nº: 246289/06

Solicita-se permuta. Exchange wanted. On prie l'échange. Solicitamos cambio.

Esta revista prossegue a série de Sociologia (6 números) de *Sociedade e Cultura* da revista *Cadernos do Noroeste.*